



O COMÉRCIO INFORMAL E A CIDADE

Profa. Ms. Geisa Daise Gumiero Cleps¹
Instituto de Geografia – UFU
gdgumiero@ras.ufu.br

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do desenvolvimento das sociedades, as atividades econômicas sempre tiveram lugar de destaque.

O comércio, entendido como uma função urbana na qual as mercadorias são trocadas, tem sua origem ligada à própria história da humanidade. Ele surgiu e se desenvolveu a partir do momento em que passou a existir um excedente de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, que levou ao sistema de trocas. Assim, o aperfeiçoamento efetuado nos meios de produção, gerado pelo aprimoramento de novas técnicas, aumentou a produção e, conseqüentemente, intensificou a atividade comercial.

Ao longo do tempo, as formas de se comercializar mercadorias sofreram importantes transformações. Da troca de um produto para outro, da denominada economia de escambo aos dias atuais quando estamos vivendo importantes mudanças no sistema produtivo mundial, o comércio desenvolveu-se e transformou-se numa das mais importantes atividades econômicas do mundo atual.

Neste contexto, em função das crises econômicas mundiais, do desemprego estrutural e conjuntural, surgem novas modalidades de comércio. Algumas, inclusive, são tão antigas quanto à própria história do comércio. Entre elas podemos destacamos o comércio informal.

De modo geral, o comércio informal é uma reação aos limites da urbanização, utilizando formas alternativas na criação de novas possibilidades de inserção social.

1. A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A EXPANSÃO DO EMPREGO INFORMAL

Uma importante mudança que tem ocorrido nos últimos vinte anos é a substituição do emprego formal, com registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho, pelo emprego informal, sem registro. O emprego informal é clandestino e dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à Previdência Social, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outras, além de permitir ao patrão deixar de pagar férias, 13º Salário, Aviso Prévio, etc.

Neste contexto, cabe ressaltar que, sendo o emprego informal contrário à lei vigente em nosso país, ele só se efetiva com a cumplicidade do trabalhador que para

¹ Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Rio Claro.



conseguir um emprego acaba se submetendo às condições impostas pelo empregador.

Estima-se que a substituição do emprego formal pelo informal reduz em mais de 50% o custo anual do trabalhador para a empresa. Porém, para as grandes empresas burocratizadas esta prática ilegal de contratação é mais difícil de se realizar. Assim, elas estão reduzindo seu gasto com trabalho mediante a substituição de empregados formais por pessoal temporário, fornecido por empresas locadoras de mão-de-obra e por prestadoras de serviços, ou seja, é a terceirização do emprego.

Outra mudança que temos observado diz respeito ao aumento no número de trabalhadores autônomos. A redução do trabalho formal tem levado uma grande massa de trabalhadores com diferentes qualificações profissionais a se engajar, por conta própria, no mercado de trabalho em geral prestando serviços ou comercializando em pequena escala na rua, em casa ou visitando locais de trabalho.

Resultado do processo de internacionalização da economia e das importantes transformações no sistema produtivo mundial, as novas formas de trabalho resultam de dois processos, na maioria das vezes independentes: devido à desindustrialização e o avanço tecnológico, muitos empregados formais foram substituídos por máquinas ou por autônomos subcontratados, ou os produtos que estes produziam foram substituídos por outros importados; por outro lado, muitos são admitidos informalmente por pequenas empresas ou famílias, seja por novas subcontratadas de grandes empresas, muitas, inclusive, criadas exatamente com este objetivo.

Estas novas formas de contratação trazem no seu bojo uma importante mudança no mundo do trabalho tanto no que diz respeito às novas regionalizações da produção, quanto às questões dos direitos trabalhistas. Com a redução do emprego formal os direitos legais do trabalhador foram reduzidos. Os sindicatos perderam o seu poder e hoje se encontram submissos às leis do capital. Os trabalhadores que ainda conseguem manter alguns desses direitos, são considerados como os “privilegiados” do sistema.

Ao analisar a evolução dos empregos informais na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, SINGER (1999:47), afirma que:

“Entre 1981 e 1985, foram criados 431.700 destes empregos, dos quais 36,74% em Prestação de Serviços, setor em que tradicionalmente prevalece a informalidade, 18,30% no Social, 14,11% na Indústria de Transformação e 12% no Comércio de Mercadorias. Pode-se dizer que todos os setores, apesar da prevalência da Prestação de Serviços, participaram da expansão do emprego informal neste quadriênio. No subperíodo seguinte, 1985-93, o número de empregos informais criados é bem menor: 26.900 e muito mais concentrado setorialmente. Mais da metade deles, 58,11%, surgiram na Prestação de Serviços e 30,20% no Social.”

De acordo com as afirmações percebe-se que, no contexto de redução geral do emprego, o número do emprego informal só se expandiu por causa do crescimento da ocupação na Prestação de Serviços que absorve categorias como os trabalhadores



domésticos onde sempre predominou a informalidade e, também pelo crescimento da informalidade no Setor Social.

Segundo dados divulgados pela Fundação SEADE/DIEESE, em pesquisas realizadas mensalmente sobre emprego e desemprego na RMSP, constatou-se que o desassalariamento cresceu principalmente no período compreendido entre 1989 e 1993, quando se observou o aumento da informalização, conforme nos mostra a tabela abaixo:

TABELA 1: POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO NA RMSP - 1989/1996 (em 1.000)

POSIÇÕES	MARÇO/89		MARÇO/93		MARÇO/1996	
	N	%	N	%	N	%
OCUPADOS	6.214	100,00	6.627	100,00	7.016	100,00
ASSALARIADOS	4.478	72,06	4.355	65,72	4.435	63,21
ASS. FORMAIS	3.296	53,04	2.966	44,76	3.022	43,07
ASS. INFORMAIS	568	9,14	631	9,52	798	11,37
AUTÔNOMOS	969	15,59	1.237	18,67	1.418	20,21

Fonte: SEADE/DIEESE, Pesquisa de emprego e desemprego na Grande São Paulo. In: SINGER, 1999:48.

A tabela evidencia ainda que, no período compreendido entre 1993 e 1996, houve um aumento no número total dos trabalhadores assalariados na RMSP. Com relação ao número de empregos informais, no mesmo período, houve um aumento de, aproximadamente, 2%, passando de 9,52% do total de postos de trabalho para 11,37%. Em números absolutos esta percentagem significou 167 mil trabalhadores informais. Para os autônomos, o maior crescimento verifica-se entre 1989 e 1993 (passando de 969 para 1.237, respectivamente), o que representou um aumento de 3%.

Atualmente, cerca de 40% da População Economicamente Ativa – PEA brasileira é constituída por autônomos, informais e desempregados que, em sua maioria estão semi ou inteiramente ociosos e que ganham muito menos do que precisam para sobreviver.

Esta situação social e econômica não se restringe apenas à Região Metropolitana de São Paulo. É a realidade não só das grandes cidades brasileiras, mas também das médias cidades que possuem um certo grau de polarização na região onde estão inseridas.

Para amenizar tal situação, medidas compensatórias estão sendo implantadas por algumas prefeituras e por alguns governos estaduais com o desenvolvimento de programas de combate à miséria extrema. Como exemplos destas medidas



compensatórias podemos citar os programas de garantia de renda familiar mínima que objetivam a permanência das crianças na escola.

Apesar de terem um caráter assistencialista e, muitas vezes política não podem ser menosprezadas. Porém, a solução para os problemas gerados pelas mudanças estruturais exige a abertura de um novo ciclo de crescimento econômico que possa aproveitar as características específicas de cada lugar. Isto significa criar novas empresas que possam aproveitar a capacidade humana de produzir e, eventualmente, abrir um novo ciclo de crescimento a partir de iniciativas governamentais em parceria com forças da sociedade civil.

2. A CIDADE E O ESPAÇO DA ATIVIDADE INFORMAL

Como uma atividade que acontece no espaço urbano, o comércio informal constitui-se num mercado paralelo, de economia invisível, formado por vendedores ambulantes, profissionais irregulares, servidores domésticos, contraventores, oficinas de fundo de quintal, fábricas caseiras de diferentes produtos, entre outros. Entre estes personagens que compõem o setor, o ambulante é o mais comum.

Na história das trocas, o comércio ambulante foi à primeira forma de se cambiar produtos. VARGAS (2201:303), afirma que:

“O comércio ambulante ... assumiu formatos diferentes, quer na forma de mercados temporários ou feiras, quer como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e o próprio ambulante perambulando em busca de consumidores.”

Presente em praticamente todas as cidades brasileiras, o comércio ambulante se manifesta de inúmeras maneiras. É ele quem repassa as mercadorias refugadas das indústrias ou fabricadas em oficinas de “fundo de quintal”, oferece artigos produzidos artesanalmente ou simplesmente constitui uma rede de distribuição de produtos industrializados.

Com todas estas funções exercidas pelos ambulantes podemos observar que a forma de produzir a mercadoria propriamente dita, não é o mais importante. O que se destaca é a forma de comercialização da mercadoria, consideradas por muitos como sendo um meio primitivo de comércio, onde a relação do produtor com o consumidor acontece de forma direta. Ou seja, ao comercializar diretamente o produto o preço dele é repassado sem o processo de especulação usual, sem taxas, impostos ou licenças a pagar.

Para os planejadores do espaço urbano, o comércio ambulante representa um entrave para a organização espacial das cidades. Para outros, por sua condição marginal, é visto como “corrupto”, “ladrão”, “contrabandista” e tantos outros adjetivos a estes semelhantes. A opinião pública o rotula como o “arquétipo do mercador astuto”, o indivíduo sem raízes e explorador da ingenuidade alheia.



Na cidade de São Paulo, no início do século XX, a imagem do ambulante era associada ao judeu, ao turco ou imigrante estrangeiro tipicamente nômade, sem pátria. No entanto, à procedência da maioria dos vendedores ambulantes, presentes hoje naquela cidade, têm sua origem, predominantemente, nas regiões Norte, Nordeste e no estado de Minas Geras.

No que diz respeito a questões de desemprego, a atividade é considerada como uma “válvula de escape”, uma alternativa para aqueles que não conseguem um posto de trabalho na economia formal.

A atividade ambulante conserva ainda a imagem duplamente negativa da ilegalidade e da apropriação de algo alheio. Em seu trabalho sobre os ambulantes na cidade de São Paulo, COSTA (1989:31), afirma que:

“Num certo sentido, o mercador ambulante de hoje pode ser associado àquele da Idade Média, que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho. O espírito farejante desses mercadores permanece presente nos dias de hoje, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior afluência.”

Assim como os mercadores da Europa na Idade Média, os novos mercadores de hoje reivindicam para si o direito de apropriar-se do espaço urbano para nele realizarem seu comércio e, através desta atividade, produzir condições de sobrevivência. Para muitos que fazem parte deste grupo à “cidade grande” representa a liberdade à única forma de “fazer a sorte” e ser dono de seu próprio destino.

Atualmente este setor alimenta uma grande parcela da população, não só das grandes e médias cidades como também das pequenas e interioranas cidades espalhadas por todo o país. Constitui-se como uma atividade presente não só no mundo capitalista subdesenvolvido como também em países desenvolvidos.

Neste tipo de comércio, o espaço presente no contexto urbano é ocupado por pessoas que se deslocam das áreas rurais e por trabalhadores urbanos que se encontram excluídos do sistema formal de empregos.

Visto como um “mal necessário”, na medida em que em situações de desemprego esta atividade substitui a criminalidade, o comerciante ambulante redefine espaços, projeta e monta seus equipamentos, burla as leis e acaba por inspirar a criação de novas, cria suas próprias regras, impõem-se. Contudo, nem sempre a sociedade consegue entender a importância do papel que ele desempenha no cotidiano urbano.

Fazendo parte do urbano, a figura do ambulante é a própria imagem do centro das cidades.

O comércio informal ultrapassa as barreiras do planejamento urbano, surgindo em meio aqueles eventos que resultam de aglomeração, como as festas regionais, sazonais.

Esta nova modalidade de comércio faz parte do cotidiano das áreas centrais das cidades. Muitas vezes estão, inclusive, localizados em frente aos estabelecimentos de comércio formais.

O resultado desse comércio é um conjunto de atividades econômicas e heterogêneas, onde não existe o predomínio de relações assalariadas, mas sim de



profissionais autônomos. Funciona, portanto, como uma atividade de baixa capitalização e produtividade, pois, geralmente, tem uma baixa ou nenhuma capacidade de geração de excedentes.

Caracteriza-se, assim, como uma atividade que busca enfrentar o desemprego e os baixos salários cada vez mais presentes em diferentes países que compõem o sistema capitalista atual.

O uso e a forma de apropriação dos espaços pela sociedade através do dinamismo humano revela anseios, temores e rejeições. Neste sentido, os espaços são selecionados, organizados, reorganizados e transformados.

Assim sendo, o ambiente urbano não é apenas a imagem da cidade, ele é a expressão das relações sócio-culturais aí presentes.

A compreensão dos fenômenos urbanos é analisada de forma mecanicista através de análises sociológicas, estatísticas ou demográficas que buscam explicar a realidade como consequência das forças econômicas. É o funcionalismo que coloca a realidade como causa dos conflitos, pressupondo que uma vez modificada essa realidade, os fenômenos sociais se reorganizam sob novas condições, alterando as relações sócio-econômicas.

A leitura da cidade, através de seu organismo vivo, considera os fenômenos e acontecimentos que acontecem no cotidiano do espaço urbano. Por meio da observação de seu fenômeno vivo, vemos reveladas as relações sócio-econômicas que criam os espaços urbanos de acordo com sua apropriação e uso pelos diferentes grupos de indivíduos.

A cidade é, portanto, o espaço das diferentes manifestações sociais, resultantes dos diferentes interesses econômicos de uma dada sociedade num determinado lugar e momento. Ela representa as necessidades, os desejos e anseios do homem revelando a sua história.

Ao redor dos espaços onde ocorrem os eventos urbanos, têm-se importantes transformações que revelam um universo complexo e global dos seres que o utilizam.

Os espaços que se originam entorno de um evento, em uma situação contextual formada pelo comércio informal, são denominados de “espaços bolhas”. Cada “espaço bolha” é um novo espaço, um local resultante das relações entre os elementos nele presentes e, por isso, são interpretados pelos indivíduos em nível material e ideológico.

O surgimento destes espaços transformou o urbano, mudou as configurações das cidades, alterando, inclusive, o tráfego de veículos.

Toda a mudança causada pela instalação do comércio ambulante, sobretudo nas vias de maior movimentação, ou de aglomeração populacional, constituem novos espaços de consumo, novas possibilidades de vendas.

Tendo como locais preferidos para a sua implantação as proximidades dos terminais de ônibus e de metrô, o “espaço bolha”, a princípio constituído pelo comércio ambulante, surge como um invasor rebelde que camufla a beleza das edificações urbanas. O excesso de barracas, tendas, caixas, equipamentos, utensílios e outros equipamentos utilizados como instrumento e produto de trabalho dos comerciantes informais, acabam criando um processo de poluição visual, um comércio desorganizado e ilegal que sufoca o comércio formal. Constitui-se também como um espaço a ser absorvido e incorporado pelos habitantes das cidades, pois passa a fazer parte do cotidiano urbano.



Ao comercializar produtos mais baratos e localizar-se no “meio do caminho” para a casa, esta atividade acaba sendo uma opção de compras para quem tem um menor poder aquisitivo ou para quem não tem muito tempo para destinar às compras.

O comércio informal pode ser dividido em três grandes grupos: os fixos, aqueles instalados próximos a áreas de serviços ou equipamentos públicos com grande movimentação, tais como terminais de transporte urbano, igrejas e hospitais; os periódicos, que ocorrem em áreas de lazer como parques, estádios de futebol, entre outros, instalando-se nos finais de semana e feriados; e os ocasionais, que surgem em torno dos comércios formais, em atos públicos ou festas comemorativas populares.

Com relação aos equipamentos utilizados no “espaço bolha” tem como principal característica a reversibilidade ou a facilidade de serem transportados. Por esporem suas mercadorias em eventos periódicos e efêmeros, de caráter instantâneo, a formação deste espaço exige que sejam utilizados sistemas montáveis ou auto-transportáveis. Assim, as principais formas de equipamentos encontrados são aqueles que podem ser montados no local, independente do meio de transporte utilizado e aqueles considerados como sendo auto-transportáveis, onde o veículo participa como um elemento que compõem os equipamentos.

Estes componentes podem ser industrializados ou confeccionados pelos próprios ambulantes o que resulta num cenário bastante diversificado e que produzem uma peculiar forma de interação de mensagens e códigos.

Para compreender o espaço da cidade e as modificações que aí ocorrem quando nele se instala o comércio ambulante é preciso ter como base um método que possa articular os elementos não-verbais componentes de tal sistema, o que significa captar formas, sons, cheiros, volumes, movimentos e cores.

Neste sentido, ao analisar o processo de transformação de determinados espaços urbanos remontados pela apropriação e pelo uso exercido pelos indivíduos pressupõe que tal apropriação implica numa reação da cidade. O resultado dessa integração é o surgimento de lugares e ambientes com características que expressão as relações sociais e econômicas específicas deste espaço. Estas características próprias e específicas de cada cidade nos revelam a sua própria história e permitem uma avaliação de suas condições, de suas necessidades e desejos.

De acordo com MARX (1968), para que a cidade capitalista possa funcionar são necessárias várias estruturas como, por exemplo, condições de estocagem e transportes de mercadorias, desenvolvimento dos meios de comunicação, vias de circulação, equipamentos comerciais para que as mercadorias sejam distribuídas, enfim, “condições gerais de produção”.

Em outras palavras, podemos definir estas condições como sendo o desenvolvimento dos meios de consumo coletivo somados à concentração espacial dos meios de produção e reprodução do capital.

Para o usuário esta atividade constitui um misto de invasão e de conforto no espaço de passagem. Faz parte do cotidiano de milhões de trabalhadores brasileiros que utilizam o transporte coletivo para chegar em casa e no emprego.

Neste sentido, a formação destes espaços cria um hiato entre universos segregados. Entre os monumentos do centro e a precariedade dos bairros estes espaços vão se formando e vão traduzindo o universo industrial de consumo que é alimentado por signos urbanos.

Na cidade capitalista, as condições de reprodução da força de trabalho são convertidas em mercadorias tais como habitação, vestuário, alimentação, entre outros.



Ao mesmo tempo, os meios de consumo coletivos como transportes, educação e saúde não atraem os investimentos de capital necessários para o bem estar social.

A própria segregação espacial que se dá no processo de urbanização acaba criando uma exclusão social. Neste sentido, os espaços segregados sofrem, em nível ideológico, interferências que reforçam as diferenças sociais. Estas interferências podem ser observadas através dos signos que denotam a inserção do indivíduo ou grupo nas relações de produção o que, por sua vez, resulta na constituição de subculturas que demarcam ainda mais as distâncias sócias.

No quadro econômico oficial, a exclusão dessas atividades gera o crescimento de um “pólo marginal” que depende do núcleo central.

Segundo SINGER (1978), desde a época colonial verifica-se no mercado interno das cidades latino-americanas a presença do “setor marginal” ao lado do “setor hegemônico”. O primeiro está vinculado ao capital nacional e se vale de técnicas não avançadas que resultam numa baixa produtividade. Enquanto que o segundo está diretamente ligado ao capital estrangeiro, utiliza tecnologia avançada e se caracteriza por apresentar uma alta produtividade.

Utilizando-se dos conceitos desenvolvidos por SINGER, SANTOS criou os conceitos de circuitos econômicos paralelos ou “circuito superior” e “circuito inferior” os quais ao se reproduzirem criam, em nível espacial, social e ideológico, distintos campos dentro do urbano.

COSTA (1989:26), afirma que:

“Dentro do ‘circuito inferior’, a economia invisível, submersa ou paralela é aquela que se desenvolve de forma não-oficial e não-computável. Ela de certa forma reage aos limites da urbanização capitalista, utilizando-se de formas não-capitalistas de produção e distribuição e criando novas possibilidades de inserção social.”

Além da grande evasão de impostos decorrentes desta atividade é preciso salientar também a falta de garantia das mercadorias que estão sendo comercializadas, geralmente importadas ou falsificadas, a falta de condições sanitárias, o lixo gerado no lugar onde este comércio se instala e pelo qual o ambulante não se responsabiliza e a própria apropriação indevida dos espaços públicos são apenas alguns dos problemas que devem ser considerados em uma análise mais profunda sobre a atuação do comércio ambulante.

Em algumas cidades brasileiras tornou-se comum à criação de uma área específica para abrigar o comércio que antes era caracterizado como ambulante. Estes espaços recebem diferentes denominações como “camelódromos” e, até mesmo, “shopping popular”.

Como espaços criados pelo poder público, na maioria das vezes atende apenas o interesse das classes dominantes que vêm neste tipo de comércio a formação de um espaço caótico que foge do contexto institucional, planejado e contido no urbano.

Atualmente, em determinadas cidades, algumas feiras e mercados, principalmente os de artesanato, os de antiguidades e os temáticos, onde os ambulantes são a maioria, oferecem mercadorias diversificadas, criativas e inesperadas, o que os



tornam ainda mais atraentes e, por isso mesmo, passaram a fazer parte de um espaço voltado para o turismo.

Este tipo de comércio atrai cada vez mais um número maior de consumidores e turistas que vão em busca do inesperado. Constitui-se como uma verdadeira “indústria do fascínio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma atividade que reproduz um outro estabelecimento comercial, o comércio ambulante apresenta-se como um espaço onde as mercadorias apresentam-se mais acessíveis aos usuários tanto em relação ao preço como em relação ao local de venda.

É a própria linguagem de apresentação e venda de inúmeras mercadorias que são consumidas diariamente por milhões de brasileiros excluídos econômica, social e espacialmente dos produtos das marcas mais famosas.

Neste sentido, o “espaço bolha” desempenha um papel específico para seus usuários, pois preenche certas necessidades e cumpre com certas funções em locais da cidade que não foram planejados para esta finalidade.

O espaço urbano ocupado pelo comércio informal torna-se uma área coletiva cuja feição remete-se ao local de origem daquele que o utiliza para criar condições para poder sobreviver.

Traduz a realidade presente na cidade capitalista onde a diversidade de mercadorias expostas traduz os anseios de inserção de diferentes indivíduos, de diferentes classes sociais cuja cultura dominante manifesta-se no desejo de integração social.

O comércio informal expressa momentos característicos da vida urbana. Ele desenvolve-se e dilui-se de acordo com as relações econômicas e sociais de determinados espaços. Sua eliminação significa ignorar as causas de seu surgimento. Mais do que isso. Significa desconhecer a função que ele desempenha na produção e afirmação social e cultural de uma grande parcela segregada da população das cidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Elizabeth Goldearb. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980

_____. **Ensaio sobre a urbanização Latino Americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego** – diagnóstico e alternativas. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1999.



MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário**: o lugar a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001